

CRISE AGRÍCOLA E SINDICALISMO RURAL NA POLÔNIA*

Jean-Charles Szurek**

A AGRICULTURA FAMILIAR, A ESPECIFICIDADE DE UMA ECONOMIA SOCIALISTA

Não é muito fácil explicar porque não houve, como na maioria dos países socialistas (exceto a Jugoslávia), coletivização das terras na Polônia. Um conjunto de obstáculos criou, desde o evento do regime, uma relação de forças desfavorável às investidas coletivizadoras. De início, o poder comunista, oriundo da resistência, sob a direção de Gomulka, tinha proclamado sua adesão à propriedade camponesa. Quando o mesmo foi afastado do poder em 1948 e seus sucessores se propuseram a tarefa da coletivização, esse processo se aparentou mais a um discurso do que a uma realidade: por mais que os dirigentes tentassem introduzir a luta de classe no campo, impor entregas obrigatórias de produção, incitar — muitas vezes pela força — os camponeses a aderir ao setor socialista (fazendas de Estado e cooperativas de produção), este apenas passou de 6% das terras, em 1946, a 18%, dez anos mais tarde.¹ Se este número não é desprezível, ele não pode, no entanto, ser comparado com seu equivalente húngaro, tchecoslovaco ou alemão oriental: nestes países a coletivização estava largamente adiantada, enquanto que a agricultura polonesa permanecia majoritariamente familiar.

A aliança do campesinato com a Igreja Católica, que desempenhava aqui o papel de um partido de oposição, assumindo a continuidade nacional, contribuiu, sem dúvida, para freiar a política do partido. Finalmente, o surto operário de 1956, reclamando "Pão e Liberdade", que suscitou uma greve das entregas obrigatórias da produção por parte dos camponeses, pôs fim à política de coletivização. Gomulka, de volta ao poder, autorizou a dissolução das cooperativas de produção. Das dez mil cooperativas agrícolas criadas durante o período 1948-56, nove mil optaram espontaneamente pela sua auto-dissolução.

* Este trabalho é o texto base de um dos debates realizados na Universidade Federal da Paraíba, Campus de Campina Grande, quando da missão de pesquisa e colaboração aí efetuada em maio de 1982, nos marcos de acordo que vincula (no quadro do convênio CAPES — COFECUB) os Mestrados em Sociologia e em Economia de Campina Grande - UFPb, ao grupo de Sociologia Rural de Nanterre (CNRS).

** Sociólogo, Encarregado de Pesquisa no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), membro do *Groupe de Recherches Sociologiques* sediado na Universidade de Paris X (Nanterre), França.

(1) SZUREK, Jean-Charles. *Aux origines paysannes de la crise polonaise*. Paris Ed. Actes Sud, 1982.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	155 a 165	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

A agricultura familiar pôde então deslanchar com uma força nova. Beneficiando-se de preços favoráveis e de entregas obrigatórias de produção diminuídas, bem como de novas leis, proibindo o parcelamento das explorações, ela aumentou sensivelmente sua capacidade produtiva.

Se Gomulka no início foi imensamente popular no campo, comprovou-se, no entanto, após alguns anos, que um mal entendido havia se infiltrado entre os camponeses e ele. A direção gomulkista era hostil à coletivização *forçada*, porém não ao próprio princípio de uma agricultura coletiva. Como seus antecessores, Gomulka continuou a dotar em importantes meios de produção as P.G.R. (estabelecimentos agrícolas de Estado). Finalmente, ele manteve as entregas obrigatórias da produção, corveia socialista, em que os preços dos produtos agrícolas "vendidos" ao Estado eram três vezes inferiores aos do mercado livre. Propôs aos camponeses uma "socialização" gradual da agricultura por meio dos círculos agrícolas. Esses círculos, espécies de cooperativas de compra de material agrícola para os agricultores, controlados pelo Estado², nunca foram suficientemente abastecidos em máquinas. Tanto que esta forma de "coletivização doce", longe de suscitar o interesse dos camponeses, agravou as desilusões e sobretudo o êxodo rural. Seguindo um movimento nascido desde 1950 com a industrialização, os trabalhadores do campo continuaram a afluir às cidades, preferindo um salário assegurado de antemão, em condições consideradas menos difíceis que as do campo.

Antes de seu afastamento em 1970, Gomulka tinha deixado uma agricultura ainda familiar, porém sujeita às entregas obrigatórias de produção, incapacitada, por isso, de por em valor seus próprios recursos. Ela continuava, além disso, extremamente parcelada, na medida em que 3 milhões de famílias compartilhavam entre si, invariavelmente, desde 1950, 15 milhões de hectares de superfície agrícola útil, ou seja, um estabelecimento familiar em média para cada 5 ha.

A esta estrutura agrária "estagnante", acrescenta-se uma evolução inquietante: o envelhecimento da população agrícola, resultado direto da política pró-industrialista dos dirigentes poloneses. No limiar dos anos 70, um chefe de cada três estabelecimentos agrícolas tem mais de 60 anos, 18% tem menos de 40 anos e os de menos de 30 anos não ultrapassam os 5%³.

(2) Em 1959, a direção gomulkista criou um Fundo de Desenvolvimento da Agricultura. Este fundo devolvia ao setor agrícola individual, pelo intermédio dos círculos e com uma finalidade de mecanização, a diferença entre o preço das entregas obrigatórias e os preços livres.

(3) SZEMBERG, Anna (Coordenador): *Rolnictwo indywidualne w latach siedemdziesiątych* (Agricultura individual nos anos 70). Warszawa, Ed. Książka i Wiedza, 1980, p. 56.

O QUENTE E O FRIO: A POLÍTICA DE GIEREK (1970-80)

Gierek quis oferecer à Polônia um consumo de estilo "ocidental". Ele concedeu à agricultura familiar certas possibilidades de expansão e um lugar que pareciam fazer dela um sócio pleno do sistema econômico. Em 1972, extinguiu as entregas obrigatórias de produção e introduziu a assistência médica gratuita aos agricultores. Simultaneamente, os preços do produto foram consideravelmente aumentados (21% para o porco) e créditos a longo prazo, com juros baixíssimos, largamente aplicados. A agricultura camponesa, estimulada por esses incentivos, obteve em poucos anos resultados que nunca voltará a alcançar. Entre 1971 e 1973, a produção mercantil da agricultura individual aumentou de 30%, o rebanho bovino passou, entre 1971 e 1975, de 10,8 milhões de cabeças a 13,2 milhões, o rebanho suíno de 13,4 a 21,5 milhões. Em cinco anos, a produção de carne cresceu tanto quanto durante os vinte anos anteriores. O consumo de carne, que era de 53 kg por habitante ao ano, em 1970, atingiu os 70 kg, em 1975.

Não obstante, em dois anos (1974-76), o impulso inicial vai brutalmente sofrer um recuo rápido, e os "anos de ouro" da agricultura polonesa serão seguidos de longos "anos pretos". Os cartões de racionamento, introduzidos em 1980, sobretudo para os gêneros animais, melhor simbolizam esta ruptura.

Há várias causas para esta reviravolta, menores e maiores, mas sua acumulação precipitou a catástrofe. Entre as primeiras, houve certamente dois anos de quebras de safra (1974 e 1975), notadamente para o trigo e as batatinhas, ou seja, para "matérias primas" indispensáveis à pecuária. O preço elevado do trigo no mercado livre constituiu, portanto, uma primeira desvantagem para os criadores. Em boa lógica, o Estado deveria então ter aumentado suas importações de alimentos para o gado de forma a compensar a perda. Porém, foi o contrário que aconteceu. Ao manifestarem os primeiros sinais da crise geral (dificuldade de penetrar nos mercados internacionais, necessidade de reembolsar os credores), a equipe Gierek decide reduzir o consumo. As importações de cereais caem de 1,7 milhões de toneladas em 1974, a 1,4 em 1975.⁴ Principalmente que este alimento para o gado, a partir de 1975, não é mais cedido generosamente, como antes, a todos os setores da agricultura, mas em prioridade aos P.G.R. Assim, a agricultura familiar que, em 1974, obtinha ainda 6.919 milhares de toneladas de alimento, só conseguiu 3.656 milhares de toneladas em 1976. A diferença foi maciçamente transferida ao setor de Estado (*estabelecimentos agrícolas de Estado, cooperativas de produção, círculos agrícolas*)⁵ que se encontrou ainda mais bem dotado do que antes.

(4) *Rocznik Statystyczny Rolnictwa Gospodarki Żywnościowej 1978* (Anuário estatístico da agricultura e da indústria alimentar-1978), p. 387.

(5) Vale frisar que os *círculos agrícolas* tinham mudado depois da época gomulquista: de início, foram reagrupados em "cooperativas de círculos agrícolas", sob a base de uso de máquinas, cujo diretor era nomeado pelo Estado; depois, seu papel se estendeu à produção: os *círculos agrícolas* podiam cultivar terras e praticar a pecuária. Sua evolução traduz a estatização da agricultura iniciada em 1974.

TABELA 1
 VENDA DE ALIMENTOS PARA GADO POR SETORES
 (em milhares de toneladas)

	1975	1976	1975/1976
Nº total	7.580,0	6.961,4	91,8
Estabelecimentos agrícolas de Estado – P.G.R.	2.191,6	2.303,7	105,1
Cooperativas de produção	365,8	534,5	146,1
Círculos agrícolas	364,0	467,1	128,3
Estabelecimentos individuais	4.688,6	3.656,1	78,4

FONTE: ZEGAR, J. "Zaopatrzenie rolnictwa w srodki produkcji w latach 70-tych" (O abastecimento da agricultura nos anos 70), In: *Wies Wspolczesna*, nº 10/1977, pp. 56-57.

Essas medidas significavam claramente que uma política anti-camponesa tinha sido iniciada. As razões para tanto não são bem estabelecidas, pois os dirigentes nunca explicitaram sua reviravolta, porém os fatos falam por si. Enquanto as autoridades tinham aberto o mercado fundiário aos camponeses a partir de 1971, elas voltavam a fechá-lo em 1975 (90.000 ha vendidos em 1973, mas apenas 16.000 em 1975 e 19.000 em 1976). Reintroduziu-se a "compra administrativa de trigo", vasculhando-se as casas dos camponeses, pois supunha-se que eles escondiam seu trigo para fins especulativos.⁶ A ação anti-camponesa se acompanha de uma coletivização dissimulada: entre 1970 e 1980, a agricultura individual perdeu 10% de sua superfície (935.000 ha), quando o setor agrícola de Estado comprou 840.000 ha.

A que filosofia uma tal mudança pôde ter obedecido? Pode-se avançar a hipótese de que os dirigentes poloneses nunca quiseram realmente estabilizar a exploração familiar. Precisaram dela para fazer deslanchar a economia em 1971.

(6) KUCZYNSKI, Waldemar, *Po wielkim skoku* (Depois do grande pulo). Warszawa. Ed. Panstwowe Wydawnictwo Ekonomiczne, 1981. p. 64.

O dogma pró-industrialista somado ao da suposta superioridade da grande produção coletiva tinha, provisoriamente, suplantado a flexibilidade tática, clássica agora nas diversas equipes do poder na Polônia, favorável à exploração familiar.

De fato, segundo certas declarações semi-públicas de diversos responsáveis pela parte agrícola,⁷ a estratégia preconizada para a agricultura devia seguir parcialmente o "modelo francês", isto é, criar uma camada de produtores dinâmicos e concentrar as terras, sobretudo em proveito do setor estatal, e liquidar a pequena produção.

Este plano foi efetivamente aplicado. Criou-se uma camada de agricultores considerados pilotos, os "especialistas", polarizando-se sobre uma monoprodução (principalmente animal), com grande dependência das importações para seu abastecimento, puderam beneficiar-se, em razão de sua especialização, de vantagens desconhecidas pelos outros (crédito, impostos e sobretudo, prioridade na aquisição de meios de produção). A liquidação da pequena produção devia tomar uma forma "social", pois numerosos agricultores, particularmente entre os estabelecimentos sem herdeiros, querendo aceder à aposentadoria, davam em troca suas terras ao Estado. Este movimento se alastrou muito, notadamente entre os pequenos agricultores, assumindo posteriormente um compasso mais lento, quando novas condições (1977/78), ligadas a uma sobrecarga produtiva, acompanharam o direito à aposentadoria.

Em relação a 1970, onde detinha apenas 24% das terras, a agricultura estatal tinha passado a 31,6% em 1978, enquanto que a agricultura camponesa regredira de 75,1 a 68,4%.⁸ Durante a década anterior, a concentração de terras foi igualmente perceptível nos estabelecimentos familiares, pois as grandes explorações cresceram, principalmente em detrimento aos estabelecimentos médios. Os pequenos estabelecimentos (0,5 - 2 ha) cresceram, mas se trata quase exclusivamente de camponeses-operários.

(7) WOS, Augustyn. *Roľnictwo w gospodarce narodo wej do 2000 roku* (A agricultura na economia nacional até o ano 2000), relatório do Instituto de Economia Agrícola de Varsóvia.

(8) *Rocznik statystyczny, 1979* (Anuário Estatístico - 1979).

TABELA 2
ESTRUTURA AGRÁRIA DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES
(% dos estabelecimentos)

	0,5 - 2 ha	2 - 5 ha	5 - 7 ha	7 - 10 ha	10ha e mais
1970	26,9	32,2	14,4	14,1	12,6
1978	30,5	30,2	12,9	12,7	13,7

FONTE: *Rocznik statystyczny, 1979* (Anuário Estatístico 1979), Warszawa, Ed. GUS.

Se esta tendência tivesse seguido uma progressão gradual, satisfatória para todas as partes interessadas, talvez tivesse permitido uma real "reconstrução" (termo consagrado pelos responsáveis agrícolas poloneses) da agricultura. Mas o plano sofreu uma correção brutal, amplificada pelas más safras e pela crise.

Os resultados não se fizeram esperar. Em 1976, a produção bovina *baixa* em 400.000 cabeças (3%) e a produção de suínos, essencial na Polônia, em 2,5 milhões de cabeças (12%).

Surge a crise de junho de 1976, com o anúncio da alta dos preços dos produtos alimentícios e sua anulação.

Para satisfazer as reivindicações operárias, os dirigentes decidem reconstruir a pecuária, acentuando sua ajuda à agricultura de Estado e aos "especialistas", o que contribuiu para exasperar mais ainda o campesinato. Ao fim de três anos, essa reconstrução estava terminada e a produção animal reencontrava seu nível de 1976, porém não se localizava mais, desta vez, nos estabelecimentos familiares.

TABELA 3
CONCENTRAÇÃO DA PECUÁRIA NA AGRICULTURA SOCIALIZADA
E NOS ESTABELECIMENTOS DE MAIS DE 10 ha (1970-1978) em %

	1970	1978
bovinos	41,3	53,4
suínos	39,3	56,2
ovinos	47,2	63,6

FONTE: STRUZEK, Boleslaw, "Przemiany w gospodarce chlopskiej w latach 70-tych" (As mudanças na agricultura camponesa nos anos 70), In: *Wies Wspolczesna*, n.º 11/1980.

A reconstrução se realizou, além do mais, a um custo exorbitante. O setor de Estado é guloso em alimentos para o gado e foi preciso ampliar as importações de trigo e de alimentos (2 milhões de toneladas em 1970, 7 milhões em 1977, 9 milhões em 1979). Ele é, sobretudo, esbanjador. Em 1978, para produzir um kg de carne, as cooperativas dos círculos agrícolas precisavam de 8,5 kg de alimentos, sendo respectivamente 4,2 kg para os estabelecimentos agrícolas do Estado (P.G.R.) e 3 kg para os estabelecimentos familiares. Esses dados são mais eloqüentes ainda quando se sabe que o setor de Estado dispõe de 52% do parque de tratores e absorve 300 kg de adubos/ha, contra 150 kg/ha no setor individual.

No fim dos anos 70, as condições especificamente "agrárias" de uma crise maior estavam bem reunidas. A agricultura pesava sempre mais na balança de pagamentos (o que não era o caso no início), sem poder atingir globalmente seu nível produtivo dos anos 1971-75, enquanto que a pressão sobre o consumo não cessava de aumentar.⁹

A IRRUPÇÃO SINDICAL

A concentração dos meios de produção a favor do setor Estatal e dos "especialistas" foi, a justo título, ressentida pelos camponeses como uma iniquidade social e uma irracionalidade econômica. Ela excluiu a maior parte deles (dois milhões e meio de camponeses) do crescimento da produção animal, o qual se revelou tanto mais caro que foi preciso edificar rapidamente construções para a pecuária na agricultura socializada, quando as explorações pequenas e médias, pontas de lança do salto para frente de 1971-1973, já possuíam esta infraestrutura.

Incerto quanto a seu futuro, abalado na sua identidade econômica e social, depois que lhe despertaram a esperança para posteriormente lhe intimidarem com ameaças, o campesinato reagiu violentamente. Desde julho de 1978, criavam-se aqui e acolá, "comitês de auto-defesa camponesa", seguidos por 300.000 camponeses que se recusavam a pagar suas taxas do seguro-velhice.

Desde o nascimento do "Solidariedade (*Solidarnosc*), o campo exigiu a criação de um sindicato especificamente agrícola. Greves e manifestações campone-

(9) Uma especulação crescente reforçava este processo em decorrência das diferenças entre os preços de produção e os preços de varejo, bloqueados pelo veto operário. A partir de 1976, a equipe dirigente quis por altas de preços à produção, reincitar os camponeses, sem, não obstante, ceder-lhes os meios de produção reclamados. Os camponeses compravam, então, gêneros na cidade, utilizando-os freqüentemente como alimento para o gado.

sas, apoiadas pela Igreja, multiplicaram-se com este fim durante todo o segundo semestre de 1980. O poder, particularmente hostil ao sindicalismo agrícola, acabou cedendo e, pela assinatura (20 de fevereiro de 1981) dos acordos de Ustrzyki Dolne e de Rzeszów — equivalente “camponês” dos acordos de Gdansk — admitiu de fato a existência de uma expressão autônoma dos produtores familiares. *O sindicato independente e autogerido dos agricultores individuais “Solidariedade”* (NSZZ RI “Solidarnosc”) nasceu oficialmente em 12 de maio de 1981.

Além de um reconhecimento do fato sindical, os acordos de Ustrzyki Dolne — Rzeszów constituem uma verdadeira revolução para o mundo rural, o oposto de todas as políticas agrárias levadas até aquele momento na Polônia Popular. Mencionemos as principais disposições:

- a) Garantia da existência da exploração familiar e do caráter durável, igual ao de outros setores da agricultura individual.
- b) Liberação do mercado fundiário (até concorrência de 100 ha, como prevê a lei polonesa).
- c) Igualdade de tratamento (dotações e créditos) entre todos os setores agrícolas, inclusive os “especialistas”.
- d) Programa de ajuda à agricultura individual.
- e) Repartição, por assembléias aldeãs, do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura.
- f) Nivelamento progressivo dos direitos sociais dos agricultores sobre os das demais categorias sócio-profissionais, notadamente o da aposentadoria de acordo com o mínimo social.
- g) Melhoramento da rede escolar.
- h) Desenvolvimento de creches e escolas maternas rurais, adaptadas à especificidade do trabalho agrícola.
- i) Distribuição, a partir de 1982/83, de novos manuais escolares, a fim de “apresentar, da melhor maneira, a verdade histórica no ensino da história”.¹⁰
- j) Desenvolvimento dos locais de culto (possibilidade notadamente de criar creches e escolas maternas confessionais).

Estes pontos dos acordos — entre dezenas de outros de menor importância — traduzem não apenas reivindicações econômicas, mas também políticas e culturais. O sindicalismo agrícola polonês fez questão de expressar, de seu ponto de vista, sua adesão à renovação geral da sociedade, recusando-se a constituir apenas um simples grupo de pressão da categoria. Ele representou maciçamente aqueles camponeses que não queriam ser excluídos nem da vida econômica nem da Na-

(10) *Protokol porozumienia w sprawie związków zawodowych rolników indywidualnych* (Protocolo de acordo referente aos sindicatos de agricultores individuais), Rzeszów-Ustrzyki Dolne, 18-20 de fevereiro de 1981, Ed. INZZ, 1981, p. 12.

ção. De imediato, o sindicato dos agricultores individuais proclamou seu apego às tradições agro-populistas dos movimentos camponeses de antes da guerra, bem como as dos "Batalhões Camponeses" contra o ocupante alemão. Ele também lembrou discretamente que o Partido Camponês de Mikolajczyk tinha sido a principal formação política de oposição ao poder "popular" em 1945-48. Assim, indicou claramente que os camponeses eram a Nação, subentendendo a ilegitimidade de seus adversários, representantes de interesses estrangeiros. A exigência de manuais escolares mais conformes à história nacional, bem como a presença de sindicatos, destacando-se nos acontecimentos simbólicos desta história (volta das cinzas do General Sikorski, comemorações da independência polonesa de 1918 etc.) participam dessa vontade de reapropriar uma memória coletiva e uma personalidade política, negada durante 35 anos.

O sindicato dos agricultores independentes "Solidariedade" também quis destacar sua participação na *modernidade* do Estado socialista (segundo sua própria terminologia) indicando o caráter positivo do estabelecimento familiar nesse tipo de sistema. Numerosos discursos sindicais, embora lançando sobre o poder a responsabilidade do fracasso da política agrícola, interiorizavam de fato as censuras de improdutividade dirigidas globalmente à agricultura polonesa. Os produtores familiares, pela voz do sindicato, nunca deixaram de reivindicar sua responsabilidade e seu lugar no Estado, afirmando que a agricultura familiar constituía uma oportunidade para a sociedade: "Nutriremos sozinhos a nação", "Não lhes faltará nem pão nem manteiga" — tais foram suas palavras de ordem durante todo o ano de 1981, dirigidas tanto à população quanto às autoridades.¹¹

Os interesses do sindicalismo agrícola e do "Solidariedade" têm constantemente convergido, superando os ressentimentos populares contra os camponeses, acusados de alimentar cronicamente a especulação. "Cada ataque contra o sindicato dos agricultores individuais é um ataque contra o "Solidariedade", afirmou L. Walesa, e o sindicato agrícola respondia com coletas de gêneros para as usinas ocupadas. Frente à ineficiência crescente dos circuitos de abastecimento e de distribuição, os dois sindicatos chegaram a impulsionar, em várias regiões, relações econômicas paralelas. Certas empresas encaravam a possibilidade de vender diretamente aos camponeses meios de produção industriais¹², enquanto estes criavam cooperativas de serviços e de troca independentes das redes oficiais. Prefigurando talvez a sociedade de amanhã, estas relações permaneceram, não obstante, limitadas.

(11) *Rola*, nº 1 (primeiro boletim do sindicato), que expressa a tendência União dos Produtores Agrícolas.

(12) *Rola*, nº 3, pp. 12-13, "Queremos distribuir os tratores pelo intermédio de Solidariedade Rural", declaração de Zbigniew JANAS, presidente do sindicato *Solidariedade* das fábricas de tratores URSUS.

Ligados num combate comum contra o poder, não há certeza, no entanto, de que divergências entre o sindicato operário e agrícola não tivessem aparecido em certo momento. Claro que isto é apenas hipótese e especulação. Porém, orientações ideológicas diversas começavam já a caracterizar os dois sindicatos. Certos líderes sindicais agrícolas não viam com bons olhos a evolução autogestionária do "Solidariedade", no qual percebiam a influência do socialismo democrático.

Essas rachas, perceptíveis no próprio seio do "Solidariedade", talvez poderiam igualmente ter emergido no sindicato agrícola. De fato, este último representou a ideologia agrária (agrarienne) clássica, com todas suas ambigüidades, porém adaptada à situação específica polonesa. O golpe de 13 de dezembro de 1981, pondo fim à renovação, também acabou com a evolução política ainda incerta do sindicato dos agricultores.

A ideologia do movimento sindical agrícola é tanto mais difícil de identificar, que o mesmo se constituiu, desde o início, de três tendências diferentes, porém com discursos similares: *Solidariedade Rural*, *União dos Produtores Independentes e Solidariedade Camponesa*. A existência desses três agrupamentos se explica pela ebulição dos campos logo após a criação do "Solidariedade". Espontaneamente, os agricultores se reagruparam em diversas regiões, criando, a cada vez, um sindicato. Essas três tendências se unificaram em 8 de março de 1981, em Poznań, durante um congresso constitutivo, assistido por L. Walesa, para formar o Sindicato independente e autogerido dos agricultores individuais "Solidariedade". Apesar de sua semelhança, é, no entanto, possível esboçar grosseiramente a especificidade de cada corrente.

Solidariedade Rural foi a organização mais numerosa e mais combativa. Nela encontram-se agricultores dinâmicos (muitos horticultores), marcados pelas tradições políticas do Sul polonês. É no Sul que nasceram, no início do século, os movimentos camponeses dos mais politizados. É no Sul que tiveram lugar as grandes greves camponesas de 1937; e é no Sul, finalmente, que foram assinados os acordos de Ustrzyki-Dolne e Rzeszów. A *União dos Produtores Independentes* representou mais os interesses da categoria da "boa agricultura" ("especialistas", grande produção) do Centro-Oeste. Quando à *Solidariedade Camponesa*, ela expressou sobretudo o campesinato tradicional (pequeno e grande) disperso em algumas províncias (województwa).

Na direção do sindicato unificado NSZZ RI, encontraram-se, portanto, majoritariamente, agricultores dinâmicos, mais acostumados ao mercado do que à autarquia camponesa, e sua presença, ali, pôde causar admiração, mas os "especialistas" tinham sido mimados pelo poder. De fato, seus benefícios reais também foram relativos: no decorrer dos anos 1979-1981, no contexto geral de crise, numerosos "especialistas" tinham sido abalados pelos preços desfavoráveis e, sobretudo, pela falta generalizada de meios de produção. Sua reação foi à altura

de seu medo. Tendo sofrido riscos financeiros e políticos importantes, durante a década anterior, eles se viram bruscamente ameaçados tanto quanto a pequena produção, porém com possibilidades de recuos bem inferiores a esta. As condições de unidade do campesinato foram assim criadas.

No decorrer do tempo, cisões mínimas afetaram o sindicato NSZZ RI. Uma fração de *Solidariedade Camponesa*, e a seguir outra de *Solidariedade Rural* se separaram, cada uma voltando a sua sigla e se fazendo reconhecer pelas autoridades que viam aí um meio fácil de dividir o movimento sindical, quando não o tinham suscitado (o caso de *Solidariedade Camponesa* em Lublin). As razões invocadas pelos autores das cisões — oposição ao centralismo do sindicato no caso de *Solidariedade Camponesa*, vontade de incluir os assalariados agrícolas do setor socialista nas fileiras no caso de *Solidariedade Rural* — não parecem muito sérias, tal é a importância dos cacifes presentes nessa segunda metade do ano de 1981. As ambições pessoais e as manipulações não foram estranhas a essas divisões, mas são coisas normais numa sociedade que se abre ao pluralismo.

Tanto quanto *Solidariedade* “representou a sociedade”, o sindicalismo agrícola, fortalecido pelo apoio da Igreja e do concurso de seus méritos, expressou bem um campesinato que quis se reapropriar de sua voz no discurso dos negócios. Os longos anos estalinistas e depois pós-estalinistas, caracterizados pelo mito do operário progressista oposto ao camponês retardatário, não puderam impedir que ambos se encontrassem do mesmo lado da barricada nos momentos decisivos.

Tradução de Ghislaine Duqué